



Superior Tribunal de Justiça

RESOLUÇÃO Nº 05, DE 12 DE ABRIL DE 1993

O MINISTRO PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 21, inciso XX, do Regimento Interno, e conforme Sessão Administrativa realizada no dia 17 de fevereiro de 1993, em que o Conselho de Administração julgou o P.A. nº 613/90, decidindo pela suspensão dos efeitos da Resolução nº 67, de 30 de novembro de 1992, até a implantação do Plano de Carreira,

RESOLVE:

Art. 1º Fica restabelecida a Tabela de Lotação das Funções Gratificadas de Representação de Gabinete do Superior Tribunal de Justiça a que se refere o artigo 1º do [Ato nº 487, de 30 de novembro de 1990](#), observado o contido no art. 4º da [Resolução nº 65, de 07 de outubro de 1992](#).

Art. 2º Nas designações para exercício de função gratificada de Representação de Gabinete deverá ser observado o constante dos arts. 3º e 4º do [Ato nº 487/90](#).

Art. 3º Ficam transformadas na tabela a que se refere o artigo 1º, com base no artigo 16 da Lei nº 7.746, de 30 de março de 1989, 16 funções de Assistente de Taquígrafo e 11 de Taquígrafo Revisor, em 01 função de Supervisor junto à Subsecretaria de Processamento de Dados e 26 de Supervisor-Assistente, distribuídas da seguinte forma: Secretaria de Controle Interno (02); Secretaria Judiciária (02); Divisão de Estatística (02), Diretoria-Geral (01); Subsecretaria de Material e Patrimônio (02); Subsecretaria de Processamento de Dados (04); Subsecretaria de Jurisprudência (01); Secretaria de Documentação (02); Secretaria de Recursos Humanos (02); Subsecretaria da Primeira Seção (02); Subsecretaria da Segunda Seção (02); Subsecretaria da Terceira Seção (02) e Subsecretaria da Corte Especial (02).

Art. 4º Em decorrência do disposto nos arts. 1º e 3º, a lotação numérica das funções de Representação de Gabinete das Unidades integrantes da estrutura do Superior Tribunal de Justiça passa a ser afixada no Anexo desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 1993.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

MINISTRO ANTÔNIO TORREÃO BRAZ